

BANCO INTER S.A.

CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01 / NIRE: 31300010864
(COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2020**

1. **DATA, HORA E LOCAL.** Em 26 de maio de 2020, às 11:00 horas, na sede social do Banco Inter S.A., na Cidade Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, nº 1.219, 13º ao 24º andares, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-131 ("Banco").
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA.** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §1º do artigo 13 do Estatuto Social do Banco ("Estatuto Social"), por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. Fica consignada a participação da totalidade dos conselheiros pessoalmente e/ou via vídeo conferência, conforme facultado pelo parágrafo segundo do art. 13 do Estatuto Social.
3. **MESA.** Presidente - Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza; Secretária - Sra. Ana Luiza V. Franco Forattini.
4. **ORDEM DO DIA.** Deliberar sobre: (i) a reorganização dos comitês do Banco, indicando quais serão estatutários e de assessoramento ao Conselho de Administração do Banco ("Comitês Estatutários"); (ii) a aprovação dos regimentos internos dos Comitês Estatutários, bem como autorizar sua divulgação e publicação; (iii) a nomeação dos coordenadores, secretários e a eleição dos membros dos Comitês Estatutários.
5. **DELIBERAÇÕES.** Instalada a reunião, após a análise e apreciação dos materiais constantes da ordem do dia, os Conselheiros presentes, sem quaisquer restrições, deliberaram, por unanimidade:
 - 5.1. Aprovar, nos termos do artigo 15, do Estatuto Social, a reorganização dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para fins de formalizar a constituição dos comitês estatutários do Banco, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária do Banco, realizada em 30 de abril de 2020, nos termos descritos abaixo:
 - (i) Comitê de Pessoas e Remuneração;
 - (ii) Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez
 - (iii) Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade; e
 - (iv) Comitê de Riscos de Crédito.

5.2. Aprovar, nos termos do artigo 15, parágrafo único, os regimentos internos dos Comitês Estatutários elencados acima, bem como autorizar publicação e divulgação dos mesmos, nos termos do Anexo I, II, III e IV da presente ata.

5.3. Aprovar, nos termos dos regimentos internos dos Comitês Estatutários, a nomeação dos coordenadores, secretários e eleição dos membros dos referidos comitês para um mandato de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 2022, conforme abaixo:

(i) Comitê de Pessoas e Remuneração

- (a) **Membro Coordenador:** Ricardo Vescovi de Aragão (Superintendente Executivo de Desenvolvimento Organizacional);
- (b) **Membro (Secretária):** Thaís Leite Lemos (Gerente Executiva de Gente e Gestão);
- (c) **Membros:** Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia (Membro do Conselho de Administração); João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza (Diretor Presidente); Alexandre Riccio de Oliveira (Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro); Marco Túlio Guimarães (Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários).

(ii) Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez

- (a) **Membro (Coordenador e Secretário):** Rogério Toledo Goulart (Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem);
- (b) **Membros:** Cristiano Henrique Vieira Gomes (Membro do Conselho de Administração); Leonardo Guimarães Corrêa (Membro do Conselho de Administração); João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza (Diretor Presidente); Alexandre Riccio de Oliveira (Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro); Marco Túlio Guimarães (Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários); Ricardo Fonseca Couto (Diretor de Investimentos); Júnia Márcia do Prado (Superintendente de Tesouraria Back-Office); Gustavo de Melo Vasconcelos (Superintendente de Tesouraria Front-Office); Helena Lopes Caldeira (Diretora de Relações com Investidores e Diretora Financeira); Rafaela de Oliveira Vitória (Gerente Executiva de Economia); Rodrigo Lacerda Villalobos (Gerente Executivo de Riscos).

- (iii) Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade
- (a) **Membro (Coordenador e Secretário): Rogério Toledo Goulart** (Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem);
- (b) **Membros:** Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia (Membro do Conselho de Administração); José Felipe Diniz (Membro do Conselho de Administração); Alexandre Riccio de Oliveira (Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro); Ricardo Vescovi de Aragão (Superintendente Executivo de Desenvolvimento Organizacional); Ana Luiza Vieira Franco Forattini (Diretora Jurídica, de Governança Corporativa e Ouvidoria); Lucas de Souza Bernardes (Diretor de Segurança e Governança de Dados); Guilherme Ximenes de Almeida (Diretor de Tecnologia da Informação); Ray Tarick Pereira Chalub (Diretor de Operações); Teófilo Sette (Superintendente de Compliance, Controles Internos, PLD e CFT).
- (iv) Comitê de Riscos de Crédito
- (a) **Membro (Coordenador e Secretário): Rogério Toledo Goulart** (Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem);
- (b) **Membros:** Luiz Antônio Nogueira de França (Membro do Conselho de Administração); João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza (Diretor Presidente); Alexandre Riccio de Oliveira (Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro); Marco Túlio Guimarães (Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários); Marcos Guedes (Gerente Executivo de Riscos).

6. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, que, lida pelos presentes e achada conforme, foi por todos assinada.

Mesa: Presidente: Rubens Menin Teixeira de Souza. Secretária: Ana Luiza Vieira Franco Forattini.

Conselheiros: Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia; Cristiano Henrique Vieira Gomes; Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez; José Felipe Diniz; Leonardo Guimarães Corrêa; Luiz Antônio Nogueira de França; e André Guilherme Cazzaniga Maciel.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2020.

Certificamos que o presente extrato confere com a ata original, lavrada em livro próprio, onde constam as assinaturas de todos membros do Conselho de Administração, inclusive do Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza, na qualidade de presidente da Mesa e do Conselho de Administração do Banco

MESA:

Alexandre Riccio de Oliveira

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia,
Operações e Financeiro

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Secretária

BANCO INTER S.A.
CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01
NIRE: 31300010864
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

**ANEXO I DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MAIO 2020**

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

| | | | |
|--|------------------|----------------|-----------------------|
| Área Gestora CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | Código RE719 |
| Produto / Atividade COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO | | | Divulgação PÚBLICA |
| Data Elaboração 26/05/2020 | Data Atualização | Versão 1.00 | Página 1 de 7 |

I. OBJETIVO

Art 1º. Este Regimento Interno (“Regimento Interno”) estabelece as regras relativas à organização, composição, funcionamento e competências do Comitê de Pessoas e Remuneração (“Comitê”) do Banco Inter S.A. (“Banco Inter”), sua empresa controlada integrante do conglomerado prudencial, Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Inter DTVM”) e as demais empresas, Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda (“Inter Seguros”), Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. (“Inter Asset”), Inter Marketplace e Intermediação de Negócios e Serviços Ltda (“Inter Marketplace”), observadas as disposições do Estatuto Social do Banco Inter, Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Nível 2” e “B3”) e da legislação e regulamentação em vigor.

Banco Inter, Inter DTVM, Inter Seguros, Inter Asset e Inter Marketplace, em conjunto, serão denominadas de “Grupo Inter”.

Banco Inter e Inter DTVM, exclusivamente em conjunto, serão denominados “Conglomerado Prudencial”.

II. ESCOPO DE ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art 2º. O referido Comitê é um órgão colegiado, estatutário e de caráter permanente, que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração do Banco Inter e as demais empresas do Grupo Inter:

- (i) Em assuntos do Conglomerado Prudencial envolvendo a remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, dos Comitês, quando aplicável, inclusive na elaboração da Política de Remuneração dos Administradores, conforme Resolução nº 3.921/2010 do Conselho Monetário Nacional (“Política de Remuneração”).
- (ii) Na definição da remuneração dos cargos de gestão do Grupo Inter.
- (iii) Em assuntos envolvendo gestão, atração, retenção e desenvolvimento de pessoas do Grupo Inter.

III. COMPOSIÇÃO, MANDATO E INVESTIDURA

Art 3º. O Comitê será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, sendo que um dos referidos membros necessariamente não poderá ser

administrador do Grupo Inter. Na mesma reunião que ocorrer a eleição dos membros do Comitê, o Conselho de Administração irá nomear o Coordenador e o Secretário do Comitê.

Art 4º. O Comitê deve ter em sua composição profissionais qualificados e com experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a Política de Remuneração, devendo considerar inclusive as repercussões na gestão de riscos do Grupo Inter.

Art 5º. A função de membro do Comitê é indelegável, exceto no caso de ausência ou impedimento do Coordenador ou do Secretário, cuja função será exercida por outro membro escolhido pelos demais.

Art 6º. Os membros do comitê não terão suplentes a eles vinculados.

Art 7º. Os seguintes cargos serão elegíveis para participar do Comitê:

- (i) Superintendente Executivo de Desenvolvimento Organizacional (Coordenador).
- (ii) Gerente Executivo de Gente e Gestão (Secretário).
- (iii) Diretor Presidente.
- (iv) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro.
- (v) Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários.

Art 8º. Os membros do Comitê serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderão voltar a integrar o Comitê após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Art 9º. No caso de vacância, ausência ou impedimento temporário de membro do Comitê, o Conselho de Administração poderá nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, o qual observará na função de membro, a todos os preceitos deste Regimento Interno.

Art 10º. As reuniões serão conduzidas conforme pautas preparadas e entregues aos membros do Comitê, com antecedência, bem como os respectivos materiais.

IV. REMUNERAÇÃO

Art 11. Os membros do Comitê não farão jus ao recebimento de remuneração, exceto se deliberado de outra forma pelo Conselho de Administração.

V. FUNCIONAMENTO

Art 12. Periodicidade e Forma

Art 12.1. O Comitê se reunirá, ordinariamente, de forma mensal e, extraordinariamente sempre que necessário.

| | | | | |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|
| Código RE719 | Versão 1.00 | Os princípios de conduta ética do Grupo Inter devem ser observados no cumprimento deste documento. | Divulgação Pública | 2 de 7 |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|

Art 12.2. As reuniões do Comitê deverão ocorrer, preferencialmente, na sede do Banco Inter, ou, caso todos os membros do Comitê concordem, em outro local a ser definido pelo Coordenador.

Art 12.3. As reuniões do Comitê poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência, *internet* ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real.

Art 13. Convocação e Instalação

Art 13.1. As convocações para reuniões do Comitê deverão ser realizadas com antecedência pelo Coordenador ou pelo Secretário, por meio de *e-mail*, por escrito, ou por meio do Portal de Governança do Banco Inter.

Art 13.2. O Coordenador do Comitê enviará, sempre que possível, juntamente com a ordem do dia, os documentos de suporte para realização das reuniões.

Art 13.3. Quando houver a presença de todos os membros do Comitê, as formalidades de convocação previstas no Art. 13.1 serão dispensadas.

Art 13.4. A reunião do Comitê somente será instalada com a presença da maioria dos membros do Comitê. Também serão considerados presentes os membros que participarem por meio de tele ou videoconferência.

Art 14. Deliberações

Art 14.1. Cada membro do Comitê terá direito a 1 (um) voto nas reuniões, competindo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

VI. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art 15. Compete ao Coordenador do Comitê:

- (i) Convocar e presidir as reuniões do Comitê.
- (ii) Avaliar e propor os assuntos a serem discutidos nas reuniões, garantindo o alinhamento estratégico e a tomada de decisão de forma embasada.
- (iii) Manter o Portal de Governança atualizado com todos os materiais discutidos e atas de reuniões do Comitê.
- (iv) Garantir que todas as normas e obrigações do Comitê elencadas no presente Regimento Interno sejam cumpridas.

Art 16. Compete ao Secretário do Comitê:

- (i) Secretariar as reuniões do Comitê.

- (ii) Elaborar, lavrar e enviar as atas das reuniões da Comitê para assinaturas dos membros que participaram por meio do Portal de Governança.

Art 17. Compete ao Comitê, especificamente em relação às empresas do Conglomerado Financeiro:

- (i) Elaborar a Política de Remuneração.
- (ii) Elaborar e revisar a Política de Nomeação e Avaliação de Administradores e a Política de Sucessão de Administradores.
- (iii) Propor ao Conselho de Administração as formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento que deverão constar na Política de Remuneração.
- (iv) Supervisionar a implementação e a operacionalização da Política de Remuneração;
- (v) Revisar anualmente a Política de Remuneração, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou seu aprimoramento.
- (vi) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações.
- (vii) Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração.
- (viii) Analisar a Política de Remuneração em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários.
- (ix) Zelar para que a Política de Remuneração esteja permanentemente compatível com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Prudencial, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Conglomerado Prudencial e com o disposto na Resolução nº 3.921/10.
- (x) Elaborar e revisar a Política de Avaliação e Nomeação de Administradores, no mínimo, a cada dois anos.
- (xi) Elaborar e revisar a Política de Sucessão de Administradores, no mínimo, a cada dois anos.
- (xii) Aprovar e manter atualizado o Mapa de Sucessão do diretor-presidente, cuja elaboração deve ser coordenada pelo presidente do Conselho de Administração.
- (xiii) Identificar, recrutar e selecionar candidatos aos cargos dos administradores do Grupo Inter, junto com a Gerência Executiva de Gente e Gestão.

Art 18. O Comitê deve elaborar, anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Prudencial, conforme previsto na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) Descrição da composição e das atribuições do Comitê.
- (ii) Atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período.
- (iii) Descrição do processo de decisão adotado para estabelecer a Política de Remuneração;
- (iv) Principais características da Política de Remuneração, abrangendo os critérios usados para a mensuração do desempenho e o ajustamento ao risco, a relação entre remuneração e desempenho, a política de diferimento da remuneração e os parâmetros usados para determinar o percentual de remuneração em espécie e o de outras formas de remuneração;
- (v) Descrição das modificações na Política de Remuneração realizadas no período e suas implicações sobre o perfil de risco da instituição e sobre o comportamento dos administradores quanto à assunção de riscos; e
- (vi) Informações quantitativas consolidadas sobre a estrutura de remuneração dos administradores, indicando:
 - a. o montante de remuneração do ano, separado em remuneração fixa e variável e o número de beneficiários;
 - b. o montante de benefícios concedidos e o número de beneficiários;
 - c. o montante e a forma de remuneração variável, separada em remuneração em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros;
 - d. o montante de remuneração que foi diferida para pagamento no ano, separada em remuneração paga e remuneração reduzida em função de ajustes do desempenho da instituição;
 - e. o montante de pagamentos referentes ao recrutamento de novos administradores e o número de beneficiários;
 - f. o montante de pagamentos referentes a desligamentos realizados durante o ano, o número de beneficiários e o maior pagamento efetuado a uma só pessoa; e
 - g. os percentuais de remuneração fixa, variável e de benefícios concedidos, calculados em relação ao lucro do período e ao patrimônio líquido.

Art 19. Compete ao Comitê, em relação ao Grupo Inter:

| | | | | |
|------------------------|-----------------------|---|------------------------------|---------------|
| Código RE719 | Versão 1.00 | Os princípios de conduta ética do Grupo Inter devem ser observados no cumprimento deste documento. | Divulgação Pública | 5 de 7 |
|------------------------|-----------------------|---|------------------------------|---------------|

- (i) Determinar os critérios de remuneração dos gestores.
- (ii) Avaliar e propor melhorias às políticas de desenvolvimento de pessoas, treinamento, remuneração, benefícios, incentivos e retenção de talentos.
- (iii) Avaliar e propor melhorias aos métodos de recrutamento e contratação adotados pelo Grupo Inter.
- (iv) Avaliar meios de monitoramento do clima organizacional.
- (v) Avaliar meios de intervenção cultural e evolução.
- (vi) Avaliar potenciais candidatos para cargos de membros da administração e posições-chaves no Grupo Inter.
- (vii) Garantir mapeamento e monitoramento de potenciais talentos para garantir pipeline de sucessão.
- (viii) Reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, bem como submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência.

VII. CONFLITOS DE INTERESSES

Art 20. Uma vez constatado conflito de interesse ou interesse particular de qualquer dos membros do Comitê em relação a determinado assunto em pauta, tal membro deverá manifestar-se ao Secretário, sendo que caso este não se manifeste, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá fazê-lo. Tão logo identificado o conflito de interesse ou interesse particular, o membro do Comitê não poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do Comitê, exercer voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, até que cesse a situação de conflito de interesse.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 21. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado por deliberação do Conselho, por mudanças na legislação pertinente, no Estatuto Social, ou por exigência da CVM ou da B3.

Art 22. As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho, na forma prevista no Estatuto Social e neste Regimento Interno.

Art 23. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Banco Inter e, após sua aprovação, será observado imediatamente pelo Banco Inter, seus diretores, Conselheiros e membros dos Órgãos de Assessoramento.

IX. REGISTRO DA PUBLICAÇÃO E REVISÃO

| Publicação/Revisão | | Páginas Alteradas | Alterações | Área Responsável |
|--------------------|------------|----------------------|----------------|---------------------------|
| Versão | Data | | | |
| 1.00 | 26/05/2020 | - | Versão Inicial | Conselho de Administração |

X. APROVAÇÃO

Controles Internos: Viviane Peixoto

Superintendência Executiva de Desenvolvimento Organizacional: Ricardo Vescovi

Jurídico Governança e Assuntos Corporativos: Rodrigo Proença

Superintendência de *Compliance*, PLD e Controles Internos: Teófilo Sette

P/ Conselho de Administração: Aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração em 26/05/2020.

GRUPO INTER

BANCO INTER S.A.
CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01
NIRE: 31300010864
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

**ANEXO II DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MAIO 2020**

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ATIVOS, PASSIVOS E LIQUIDEZ

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

| | | | |
|--|------------------|----------------|-----------------------|
| Área Gestora CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | Código RE746 |
| Produto / Atividade COMITÊ DE ATIVOS, PASSIVOS E LIQUIDEZ | | | Divulgação PÚBLICA |
| Data Elaboração 26/05/2020 | Data Atualização | Versão 1.00 | Página 1 de 6 |

I. OBJETIVO

Art 1º. Este Regimento Interno (“Regimento Interno”) estabelece as regras relativas à organização, composição, funcionamento e competências do Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez (“Comitê”) do Banco Inter S.A. (“Banco Inter”), Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda (“Inter Seguros”), Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. (“Inter Asset”), Inter Marketplace e Intermediação de Negócios e Serviços Ltda (“Inter Marketplace”), observadas as disposições do Estatuto Social do Banco Inter, Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Nível 2” e “B3”) e da legislação e regulamentação em vigor.

Banco Inter, Inter Seguros, Inter Asset e Inter Marketplace, em conjunto, serão denominadas de “Grupo Inter”.

II. ESCOPO DE ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art 2º. O referido Comitê é um órgão colegiado, estatutário e de caráter permanente, que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração do Banco Inter e as demais empresas do Grupo Inter nos assuntos descritos abaixo, sem prejuízo das competências indicadas no Art. 17 do presente Regimento Interno:

- (i) Na aprovação de assuntos que impactem as exposições do Banco em risco de mercado, capital e liquidez.
- (ii) Na aprovação de metodologias de mensuração, gestão e controle correlatos, limites de exposição.
- (iii) Definir ações de mitigação e verificação da suficiência das reservas prudenciais.
- (iv) Monitorar o atendimento dos limites de exposição regulatórios e internos ao Banco Inter, tomando as devidas providências para garantir o enquadramento em ocorrências de excesso.
- (v) Garantir o cumprimento integral dos mandatos definidos no Conselho do Banco Inter, tomando as devidas medidas de enquadramento, quando necessário.

III. COMPOSIÇÃO, MANDATO E INVESTIDURA

Art 3º. O Comitê será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Na mesma reunião que ocorrer a eleição dos membros do Comitê, o Conselho de Administração irá nomear o Coordenador e o Secretário do Comitê.

Art 4º. O Comitê deve ter em sua composição profissionais qualificados e com experiência necessárias ao exercício de julgamento competente dos assuntos a serem tratados, devendo considerar inclusive as repercussões na gestão de riscos do Grupo Inter.

Art 5º. A função de membro do Comitê é indelegável, exceto no caso de ausência ou impedimento do Coordenador ou do Secretário, cuja função será exercida por outro membro escolhido pelos demais.

Art 6º. Os membros do comitê não terão suplentes a eles vinculados.

Art 7º. Os seguintes cargos serão elegíveis para participar do Comitê:

- (i) Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem (Coordenador e Secretário).
- (ii) Membro do Conselho de Administração.
- (iii) Membro do Conselho de Administração.
- (iv) Diretor Presidente.

NOTA 1: O Diretor Presidente somente participará das reuniões conforme normas internas.

- (v) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro.
- (vi) Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários.
- (vii) Diretora Financeira e de Relações com Investidores.
- (viii) Diretor de Investimentos.

NOTA 1: O Diretor de Investimentos não poderá participar das reuniões do Comitê que tratam de assuntos envolvendo aprovações em posições e limites das tesourarias em *banking e trading*, bem como nas decisões de alocação de recursos do caixa do Banco Inter, conforme descrito no Item 17, (i) e (ii) .

- (ix) Superintendente de Tesouraria *Front Office*.
- (x) Superintendente de Tesouraria *Back Office*.
- (xi) Gerente Executiva de Economia.

(xii) Gerente Executivo de Riscos.

Art 8º. Os membros do Comitê serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art 9º. No caso de vacância, ausência ou impedimento temporário de membro do Comitê, o Conselho de Administração poderá nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, o qual observará na função de membro, a todos os preceitos deste Regimento Interno.

Art 10º. As reuniões serão conduzidas conforme pautas preparadas e entregues aos membros do Comitê, com antecedência, bem como os respectivos materiais.

IV. REMUNERAÇÃO

Art 11. Os membros do Comitê não farão jus ao recebimento de remuneração, exceto se deliberado de outra forma pelo Conselho de Administração.

V. FUNCIONAMENTO

Art 12. Periodicidade e Forma

Art 12.1. O Comitê se reunirá, ordinariamente, de forma mensal e, extraordinariamente sempre que necessário.

Art 12.2. As reuniões do Comitê deverão ocorrer, preferencialmente, na sede do Banco Inter, ou, caso todos os membros do Comitê concordem, em outro local a ser definido pelo Coordenador.

Art 12.3. As reuniões do Comitê poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência, *internet* ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real.

Art 13. Convocação e Instalação

Art 13.1. As convocações para reuniões do Comitê deverão ser realizadas com antecedência pelo Coordenador ou pelo Secretário, por meio de *e-mail*, por escrito, ou por meio do Portal de Governança do Banco Inter.

Art 13.2. O Coordenador do Comitê enviará, sempre que possível, juntamente com a ordem do dia, os documentos de suporte para realização das reuniões.

Art 13.3. Quando houver a presença de todos os membros do Comitê, as formalidades de convocação previstas no Art. 13.1 serão dispensadas.

Art 13.4. A reunião do Comitê somente será instalada com a presença da maioria dos membros do Comitê. Também serão considerados presentes os membros que participarem por meio de tele ou videoconferência.

Art 14. Deliberações

Art 14.1. Cada membro do Comitê terá direito a 1 (um) voto nas reuniões, competindo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

VI. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art 15. Compete ao Coordenador do Comitê:

- (i) Convocar e presidir as reuniões do Comitê.
- (ii) Avaliar e propor os assuntos a serem discutidos nas reuniões, garantindo o alinhamento estratégico e a tomada de decisão de forma embasada.
- (iii) Manter o Portal de Governança atualizado com todos materiais discutidos e atas de reuniões do Comitê.
- (iv) Garantir que todas as normas e obrigações do Comitê elencadas no presente Regimento Interno sejam cumpridas.

Art 16. Compete ao Secretário do Comitê:

- (i) Secretariar as reuniões do Comitê.
- (ii) Elaborar, lavrar e enviar as atas das reuniões da Comitê para assinaturas dos membros que participaram por meio do Portal de Governança.

Art 17. Compete ao Comitê, especificamente em relação às empresas do Conglomerado Financeiro:

- (i) Avaliar, aprovar e supervisionar as posições e limites das tesourarias *banking e trading*.
- (ii) Avaliar e aprovar alocação de recursos de caixa.
- (iii) Avaliar a aprovar os critérios para definição do custo de *funding* por modalidade e prazo.
- (iv) Avaliar e aprovar os cenários macroeconômicos para Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Índice de preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).
- (v) Avaliar e aprovar as estratégias para o tratamento dos GAP's entre ativos e passivos, com supervisão de sua execução.
- (vi) Avaliar, aprovar e supervisionar os modelos de marcação a mercado (perda esperada e sistêmica).
- (vii) Definir critérios de emissão de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG) e acompanhamento da gestão dos respectivos lastros.

- (viii) Avaliar e aprovar as taxas máximas e mínimas de captação por produto e por prazo.
- (ix) Avaliar e aprovar os critérios para definição do custo de *funding* por modalidade e prazo.
- (x) Definir os critérios para a constituição do caixa mínimo, plano de contingenciamento de liquidez e capital, bem como, supervisionar sua execução.
- (xi) Avaliar e aprovar os modelos de *core deposit* (depósito à vista, poupança e Certificado de Depósito Bancário com liquidez), bem como, supervisão de sua aplicação.
- (xii) Monitorar e controlar do capital mantido pelo Banco Inter.
- (xiii) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco Inter está exposto.
- (xiv) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco Inter.
- (xv) Avaliar o impacto em capital, segundo os testes de stress requeridos pelo Regulador, tomando as devidas ações para a garantia de sua suficiência e disponibilidade.
- (xvi) Supervisionar a execução do Documento de Limites Operacionais (DLO) e demais relatórios regulatórios.
- (xvii) Avaliar e aprovar as políticas e normas internas sobre os temas de competência do Comitê.
- (xviii) Reportar suas atividades periodicamente ao Conselho de Administração, bem como submeter ao Conselho de Administração suas recomendações sobre questões de sua competência.

VII. CONFLITOS DE INTERESSES

Art 18. Uma vez constatado conflito de interesse ou interesse particular de qualquer dos membros do Comitê em relação a determinado assunto em pauta, tal membro deverá manifestar-se ao Secretário, sendo que caso este não se manifeste, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá fazê-lo. Tão logo identificado o conflito de interesse ou interesse particular, o membro do Comitê não poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do Comitê, exercer voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, até que cesse a situação de conflito de interesse.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 19. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado por deliberação do Conselho, por mudanças na legislação pertinente, no Estatuto Social, ou por exigência da CVM ou da B3.

| | | | | |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|
| Código RE746 | Versão 1.00 | Os princípios de conduta ética do Grupo Inter devem ser observados no cumprimento deste documento. | Divulgação Pública | 5 de 6 |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|

Art 20. As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho, na forma prevista no Estatuto Social e neste Regimento Interno.

Art 21. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Banco Inter e, após sua aprovação, será observado imediatamente pelo Banco Inter, seus diretores, Conselheiros e membros dos Órgãos de Assessoramento.

IX. REGISTRO DA PUBLICAÇÃO E REVISÃO

| Publicação/Revisão | | Páginas | Alterações | Área Responsável |
|--------------------|------------|-----------|-------------------------------|---------------------------|
| Versão | Data | Alteradas | | |
| 1.00 | 26/05/2020 | - | Versão Inicial. Revoga RE553. | Conselho de Administração |

X. APROVAÇÃO

Controles Internos: Viviane Peixoto

Diretor de Riscos, Políticas de Crédito Modelagem: Rogério Toledo Goulart

Jurídico Governança e Assuntos Corporativos: Rodrigo Proença

Superintendência de Compliance, PLD e Controles Internos: Teófilo Sette

P/ Conselho de Administração: Aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração em 26/05/2020.

BANCO INTER S.A.

CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01

NIRE: 31300010864

(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

**ANEXO III DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MAIO 2020**

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE RISCOS OPERACIONAIS, DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E
INTEGRIDADE**

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

| | | | |
|---|------------------|----------------|-----------------------|
| Área Gestora CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | Código RE730 |
| Produto / Atividade COMITÊ DE RISCOS OPERACIONAIS, DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E INTEGRIDADE | | | Divulgação PÚBLICA |
| Data Elaboração 26/05/2020 | Data Atualização | Versão 1.00 | Página 1 de 6 |

I. OBJETIVO

Art 1º. Este Regimento Interno (“Regimento Interno”) estabelece as regras relativas à organização, composição, funcionamento e competências do Comitê de Riscos Operacionais, de Governança Corporativa e Integridade (“Comitê”) do Banco Inter S.A. (“Banco Inter”), sua empresa controlada integrante do conglomerado prudencial, Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Inter DTVM”) e as demais empresas, Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda (“Inter Seguros”), Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. (“Inter Asset”), Inter *Marketplace* e Intermediação de Negócios e Serviços Ltda (“Inter *Marketplace*”), observadas as disposições do Estatuto Social do Banco Inter, Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Nível 2” e “B3”) e da legislação e regulamentação em vigor.

Banco Inter, Inter DTVM, Inter Seguros, Inter Asset e Inter *Marketplace*, em conjunto, serão denominadas de “Grupo Inter”.

II. ESCOPO DE ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art 2º. O referido Comitê é um órgão colegiado, estatutário e de caráter permanente, que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração do Banco Inter e as demais empresas do Grupo Inter nos assuntos descritos abaixo, sem prejuízo das competências indicadas no Art. 17 do presente Regimento Interno::

- (i) Em assuntos relacionados a governança corporativa do Grupo Inter.
- (ii) Em assuntos relacionados ao Código de Conduta e Ética do Grupo Inter.
- (iii) Em assuntos que impactem e mitiguem o risco operacional do Grupo Inter.
- (iv) Em assuntos do Grupo Inter relacionados a política de gestão integrada de riscos, a política de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, a política de segurança da informação e segurança cibernética e a política de *compliance*.

III. COMPOSIÇÃO, MANDATO E INVESTIDURA

Art 3º. O Comitê será composto por 8 (oito) membros, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Na mesma reunião que ocorrer a eleição dos membros do Comitê, o Conselho de Administração irá nomear o Coordenador e o Secretário do Comitê.

Art 4º. O Comitê deve ter em sua composição profissionais qualificados e com experiência necessárias ao exercício de julgamento competente sobre os assuntos a serem tratados, devendo considerar inclusive as repercussões na gestão de riscos do Grupo Inter.

Art 5º. A função de membro do Comitê é indelegável, exceto no caso de ausência ou impedimento do Coordenador ou do Secretário, cuja função será exercida por outro membro escolhido pelos demais.

Art 6º. Os membros do comitê não terão suplentes a eles vinculados.

Art 7º. Os seguintes cargos serão elegíveis para participar do Comitê:

- (i) Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem (Coordenador e Secretário).
- (ii) Membro do Conselho de Administração.
- (iii) Membro do Conselho de Administração.
- (iv) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro.
- (v) Superintendente Executivo de Desenvolvimento Organizacional.
- (vi) Diretora Jurídica, de Governança Corporativa e Ouvidoria.
- (vii) Diretor de Segurança e Governança de Dados.
- (viii) Diretor de Tecnologia da Informação.
- (ix) Diretor de Operações.
- (x) Superintendente de *Compliance*.

Art 8º. Os membros do Comitê serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art 9º. No caso de vacância, ausência ou impedimento temporário de membro do Comitê, o Conselho de Administração poderá nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, o qual observará na função de membro, a todos os preceitos deste Regimento Interno.

Art 10º. As reuniões serão conduzidas conforme pautas preparadas e entregues aos membros do Comitê, com antecedência, bem como os respectivos materiais.

IV. REMUNERAÇÃO

Art 11. Os membros do Comitê não farão jus ao recebimento de remuneração, exceto se deliberado de outra forma pelo Conselho de Administração.

V. FUNCIONAMENTO**Art 12. Periodicidade e Forma**

Art 12.1. O Comitê se reunirá, ordinariamente, de forma mensal e, extraordinariamente sempre que necessário.

Art 12.2. As reuniões do Comitê deverão ocorrer, preferencialmente, na sede do Banco Inter, ou, caso todos os membros do Comitê concordem, em outro local a ser definido pelo Coordenador.

Art 12.3. As reuniões do Comitê poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência, *internet* ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real.

Art 13. Convocação e Instalação

Art 13.1. As convocações para reuniões do Comitê deverão ser realizadas com antecedência pelo Coordenador ou pelo Secretário, por meio de *e-mail*, por escrito, ou por meio do Portal de Governança do Banco Inter.

Art 13.2. O Coordenador do Comitê enviará, sempre que possível, juntamente com a ordem do dia, os documentos de suporte para realização das reuniões.

Art 13.3. Quando houver a presença de todos os membros do Comitê, as formalidades de convocação previstas no Art. 13.1 serão dispensadas.

Art 13.4. A reunião do Comitê somente será instalada com a presença da maioria dos membros do Comitê. Também serão considerados presentes os membros que participarem por meio de tele ou videoconferência.

Art 14. Deliberações

Art 14.1. Cada membro do Comitê terá direito a 1 (um) voto nas reuniões, competindo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

VI. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**Art 15. Compete ao Coordenador do Comitê:**

- (i) Convocar e presidir as reuniões do Comitê.
- (ii) Avaliar e propor os assuntos a serem discutidos nas reuniões, garantindo o alinhamento estratégico e a tomada de decisão de forma embasada.
- (iii) Manter o Portal de Governança atualizado com todos materiais discutidos e atas de reuniões do Comitê.

- (iv) Garantir que todas as normas e obrigações do Comitê elencadas no presente Regimento Interno sejam cumpridas.

Art 16. Compete ao Secretário do Comitê:

- (i) Secretariar as reuniões do Comitê.
- (ii) Elaborar, lavrar e enviar as atas das reuniões da Comitê para assinaturas dos membros que participaram por meio do Portal de Governança.

Art 17. Compete ao Comitê:

- (i) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.
- (ii) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos de risco legal, tais como:
 - a. Inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição
 - b. Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais
 - c. Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição
- (iii) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos de fraude interna e externa.
- (iv) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.
- (v) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes a práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços. Neste sentido, compete ao Comitê:
 - a. Aprovar os novos produtos, serviços e estruturas financeiras ofertadas aos clientes da instituição;
 - b. Aprovar a estrutura das novas parcerias, *joint ventures* e prestações de serviços no tocante a conformidade legal e regulatória; e
 - c. Aprovar programas de incentivos e patriocínios no tocante a conformidade legal e regulatória.
- (vi) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes a danos físicos próprios ou em uso da Instituição.
- (vii) Mapear e monitorar a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da interrupção das atividades do Grupo Inter, relacionadas a:
 - a. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação;

- b. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição;
- (viii) Aprovar e acompanhar os programas de correção e mitigação dos riscos de perda operacional.
- (ix) Aprovar e acompanhar o plano de continuidade de negócio.
- (x) Aprovar e acompanhar o plano de gestão de crises.
- (xi) Aprovar as diretrizes em relação a mitigação do risco sócioambiental.
- (xii) Aprovação dos instrumentos de avaliação e gestão dos riscos operacionais.
- (xiii) Definição das metodologias para a mensuração das perdas financeiras associadas aos processos.
- (xiv) Validação e controle das reservas prudenciais e constituição do Capital Regulatório para perdas operacionais.
- (xv) Desenvolvimento da cultura de riscos da Instituição.
- (xvi) Constituição da figura do *risk owner* e sua responsabilização na evolução dos processos sob gestão, bem como na solução a contento dos eventos de risco operacionais.
- (xvii) Dar visibilidade ao Conselho sobre o temas tratados neste Comitê.
- (xviii) Avaliar e supervisionar o CRO em relação ao trabalho referente ao gerenciamento de riscos operacionais.

VII. CONFLITOS DE INTERESSES

Art 18. Uma vez constatado conflito de interesse ou interesse particular de qualquer dos membros do Comitê em relação a determinado assunto em pauta, tal membro deverá manifestar-se ao Secretário, sendo que caso este não se manifeste, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá fazê-lo. Tão logo identificado o conflito de interesse ou interesse particular, o membro do Comitê não poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do Comitê, exercer voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, até que cesse a situação de conflito de interesse.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 19. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado por deliberação do Conselho, por mudanças na legislação pertinente, no Estatuto Social, ou por exigência da CVM ou da B3.

Art 20. As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho, na forma prevista no Estatuto Social e neste Regimento Interno.

Art 21. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Banco Inter e, após sua aprovação, será observado imediatamente pelo Banco Inter, seus diretores, Conselheiros e membros dos Órgãos de Assessoramento.

IX. REGISTRO DA PUBLICAÇÃO E REVISÃO

| Publicação/Revisão | | Páginas | Alterações | Área Responsável |
|--------------------|------------|-----------|----------------|---------------------------|
| Versão | Data | Alteradas | | |
| 1.00 | 26/05/2020 | - | Versão Inicial | Conselho de Administração |

X. APROVAÇÃO

Controles Internos: Viviane Peixoto

Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem: Rogério Goulart

Jurídico Negócios e Governança: Rodrigo Proença

Superintendência de *Compliance*, PLD e Controles Internos: Teófilo Sette

P/ Conselho de Administração: Aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração em 26/05/2020.

GRUPO INTER

BANCO INTER S.A.
CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01
NIRE: 31300010864
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)

**ANEXO IV DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MAIO 2020**

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE RISCOS DE CRÉDITO

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

| | | | |
|---|-------------------------|-----------------------|------------------------------|
| Área Gestora CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | Código RE732 |
| Produto / Atividade COMITÊ DE RISCOS DE CRÉDITO | | | Divulgação PÚBLICA |
| Data Elaboração 26/05/2020 | Data Atualização | Versão 1.00 | Página 1 de 6 |

I. OBJETIVO

Art 1º. Este Regimento Interno (“Regimento Interno”) estabelece as regras relativas à organização, composição, funcionamento e competências do Comitê de Riscos de Crédito (“Comitê”) do Banco Inter S.A. (“Banco Inter”), sua empresa controlada integrante do conglomerado prudencial, Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Inter DTVM”) e as demais empresas, Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda (“Inter Seguros”), Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. (“Inter Asset”), Inter *Marketplace* e Intermediação de Negócios e Serviços Ltda (“Inter *Marketplace*”), observadas as disposições do Estatuto Social do Banco Inter, Regulamento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Nível 2” e “B3”) e da legislação e regulamentação em vigor.

Banco Inter, Inter DTVM, Inter Seguros, Inter Asset e Inter *Marketplace*, em conjunto, serão denominadas de “Grupo Inter”.

II. ESCOPO DE ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art 2º. O referido Comitê é um órgão colegiado, estatutário e de caráter permanente, que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração do Banco Inter e as demais empresas do Grupo Inter nos assuntos descritos abaixo que impactem e envolvam o risco de crédito do Grupo Inter, sem prejuízo das competências indicadas no Art. 17 do presente Regimento Interno:

- (i) Na aprovação de metodologias e modelos utilizados na mensuração do risco de crédito:
- (ii) Na definição dos limites máximos de exposição de crédito na forma agregada:
- (iii) Na definição da suficiência das reservas prudenciais:
- (iv) Na definição do monitoramento do risco de crédito

III. COMPOSIÇÃO, MANDATO E INVESTIDURA

Art 3º. O Comitê será composto por, no mínimo 04 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Na mesma reunião que ocorrer a eleição dos membros do Comitê, o Conselho de Administração irá nomear o Coordenador e o Secretário do Comitê.

Art 4º. O Comitê deve ter em sua composição profissionais qualificados e com experiência necessárias ao exercício de julgamento competente sobre os assuntos a serem tratados, devendo considerar inclusive as repercussões na gestão de riscos do Grupo Inter.

Art 5º. A função de membro do Comitê é indelegável, exceto no caso de ausência ou impedimento do Coordenador ou do Secretário, cuja função será exercida por outro membro escolhido pelos demais.

Art 6º. Os membros do comitê não terão suplentes a eles vinculados.

Art 7º. Os seguintes cargos serão elegíveis para participar do Comitê:

- (i) Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem (Coordenador e Secretário).
- (ii) Membro do Conselho de Administração.
- (iii) Diretor Presidente.
- (iv) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Operações e Financeiro.
- (v) Diretor Vice-Presidente de Produtos Bancários.
- (vi) Gerente Executivo de Riscos

Art 8º. Os membros do Comitê serão nomeados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art 9º. No caso de vacância, ausência ou impedimento temporário de membro do Comitê, o Conselho de Administração poderá nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, o qual observará na função de membro, a todos os preceitos deste Regimento Interno.

Art 10º. As reuniões serão conduzidas conforme pautas preparadas e entregues aos membros do Comitê, com antecedência, bem como os respectivos materiais.

IV. REMUNERAÇÃO

Art 11. Os membros do Comitê não farão jus ao recebimento de remuneração, exceto se deliberado de outra forma pelo Conselho de Administração.

V. FUNCIONAMENTO

Art 12. Periodicidade e Forma

Art 12.1. O Comitê se reunirá, ordinariamente, de forma mensal e, extraordinariamente sempre que necessário.

Art 12.2. As reuniões do Comitê deverão ocorrer, preferencialmente, na sede do Banco Inter, ou, caso todos os membros do Comitê concordem, em outro local a ser definido pelo Coordenador.

Art 12.3. As reuniões do Comitê poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência, *internet* ou qualquer outro meio de comunicação que permita conversa entre pessoas em tempo real.

Art 13. Convocação e Instalação

Art 13.1. As convocações para reuniões do Comitê deverão ser realizadas com antecedência pelo Coordenador ou pelo Secretário, por meio de *e-mail*, por escrito, ou por meio do Portal de Governança do Banco Inter.

Art 13.2. O Coordenador do Comitê enviará, sempre que possível, juntamente com a ordem do dia, os documentos de suporte para realização das reuniões.

Art 13.3. Quando houver a presença de todos os membros do Comitê, as formalidades de convocação previstas no Art. 13.1 serão dispensadas.

Art 13.4. A reunião do Comitê somente será instalada com a presença da maioria dos membros do Comitê. Também serão considerados presentes os membros que participarem por meio de tele ou videoconferência.

Art 14. Deliberações

Art 14.1. Cada membro do Comitê terá direito a 1 (um) voto nas reuniões, competindo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

VI. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art 15. Compete ao Coordenador do Comitê:

- (i) Convocar e presidir as reuniões do Comitê.
- (ii) Avaliar e propor os assuntos a serem discutidos nas reuniões, garantindo o alinhamento estratégico e a tomada de decisão de forma embasada.
- (i) Manter o Portal de Governança atualizado com todos materiais discutidos e atas de reuniões do Comitê.
- (ii) Garantir que todas as normas e obrigações do Comitê elencadas no presente Regimento Interno sejam cumpridas.

Art 16. Compete ao Secretário do Comitê:

- (i) Secretariar as reuniões do Comitê.
- (ii) Elaborar, lavrar e enviar as atas das reuniões da Comitê para assinaturas dos membros que participaram por meio do Portal de Governança.

Art 17. Compete ao Comitê:

- (i) Na aprovação dos seguintes temas que impactem e envolvam o risco de crédito do Grupo Inter:
 - a. Aprovação das políticas de concessão de novos crédito;
 - b. Aprovação das alcadas de crédito nos níveis hierárquicos abaixo do Conselho de Administração;
 - c. Aprovação das políticas de monitoramento de crédito;
 - d. Aprovação das políticas de cobrança de clientes inadimplentes;
 - e. Aprovação das políticas de repactuação de dívidas; e
 - f. Aprovação dos processos pelos quais as políticas acima são materializadas.
- (ii) Na aprovação de metodologias e modelos utilizados na mensuração do risco de crédito:
 - a. Modelos estatísticos e metodologias para a definição da probabilidade de inadimplir das contrapartes na forma individual ou agregada;
 - b. Modelos e metodologias para a definição da exposição de risco de crédito no default das contrapartes na forma individual ou agregada;
 - c. Modelos e metodologias para a definição das perdas de crédito após o default das contrapartes na forma individual ou agregada; e
 - d. Modelos e metodologia para a definição da mitigação dos risco de crédito por garantias e demais colaterais das contrapartes na forma individual ou agregada.
- (iii) Na definição dos limites máximos de exposição de crédito:
 - a. Por setor econômico, ramo de atividade, geografia, porte da contraparte e tipo das contrapartes, em forma agregada;
 - b. Por exposição à risco país ou a moeda estrangeira, em forma agregada;
 - c. Por tipo de garantia, em forma agregada; e
 - d. Por fator de exposição ao risco de crédito, em forma agregada.
- (iv) Na definição da suficiência das reservas prudenciais:
 - a. Aprovação dos modelos ou metodologias utilizadas na definição da provisão de crédito das contrapartes na forma individual ou agregada;

- b. Aprovação dos modelos e metodologias utilizadas na definição do capital regulatório de crédito;
 - c. Aprovação dos cenários e metodologias de testes de stress de crédito a serem apresentadas Conselho e ao Regulador;
 - d. Verificar regularmente a suficiência das provisões constituídas pela instituição frente as perdas esperadas e inesperadas de crédito e as normas do Regulador; e
 - e. Demandar e aprovar planos para ajustes nas reservas prudenciais quando necessário.
- (v) Na definição do monitoramento do risco de crédito
- a. Aprovação dos informes, mapas, relatórios ou demais ferramentas de monitoramento do risco de crédito à Diretoria, Conselho, Regulador e Mercado;
 - b. Verificar regularmente a performance das operações e carteiras sujeitas ao risco de crédito, identificando descolamentos, evoluções inesperadas e reações adversas às políticas em utilização pela instituição;
 - c. Demandar e aprovar medidas corretivas que façam-se necessárias; e
 - d. Dar visibilidade ao Conselho, ao Reguladores e ao Mercado dos fatos relevantes relacionados ao risco de crédito.
- (vi) Avaliar e supervisionar o trabalho do CRO no tocante ao risco de crédito, de acordo com a Política de Gestão Integrada de Riscos (“GIR”) do Banco.

VII. CONFLITOS DE INTERESSES

Art 18. Uma vez constatado conflito de interesse ou interesse particular de qualquer dos membros do Comitê em relação a determinado assunto em pauta, tal membro deverá manifestar-se ao Secretário, sendo que caso este não se manifeste, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá fazê-lo. Tão logo identificado o conflito de interesse ou interesse particular, o membro do Comitê não poderá ter acesso a informações, participar de reuniões do Comitê, exercer voto ou de qualquer forma intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, até que cesse a situação de conflito de interesse.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 19. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado por deliberação do Conselho, por mudanças na legislação pertinente, no Estatuto Social, ou por exigência da CVM ou da B3.

Art 20. As omissões deste Regimento Interno, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Conselho, na forma prevista no Estatuto Social e neste Regimento Interno.

| | | | | |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|
| Código RE732 | Versão 1.00 | Os princípios de conduta ética do Grupo Inter devem ser observados no cumprimento deste documento. | Divulgação Pública | 5 de 6 |
|-----------------|----------------|--|-----------------------|--------|

Art 21. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Banco Inter e, após sua aprovação, será observado imediatamente pelo Banco Inter, seus diretores, Conselheiros e membros dos Órgãos de Assessoramento.

IX. REGISTRO DA PUBLICAÇÃO E REVISÃO

| Publicação/Revisão | | Páginas Alteradas | Alterações | Área Responsável |
|--------------------|------------|----------------------|----------------|---------------------------|
| Versão | Data | | | |
| 1.00 | 26/05/2020 | - | Versão Inicial | Conselho de Administração |

X. APROVAÇÃO

Controles Internos: Viviane Peixoto

Diretor de Riscos, Políticas de Crédito e Modelagem: Rogério Toledo Goulart

Jurídico Governança e Assuntos Corporativos: Rodrigo Proença

Superintendência de *Compliance*, PLD e Controles Internos: Teófilo Sette

P/ Conselho de Administração: Aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração em 26/05/2020.